



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0012576-20.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**  
 Documento de Origem: **IP - 375/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **CLAUDIO CATARINO LOURENÇO FILHO**  
 Vítima: **LUCIANA FERREIRA RODRIGUES e outro**

Aos 02 de abril de 2018, às 15:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu CLAUDIO CATARINO LOURENÇO FILHO, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foram ouvidas as vítimas e interrogado o réu, sendo os depoimentos das vítimas gravados por meio de sistema audiovisual. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição das demais testemunhas arroladas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** "MM. Juiz: **A ação penal merece ser julgada improcedente**. As vítimas ouvidas hoje em audiência não conseguiram proceder ao reconhecimento pessoal do réu Cláudio presente nesta oportunidade. Alguns objetos foram encontrados em poder do adolescente, sendo que o veículo foi encontrado em estado de abandono. Assim, por insuficiência de provas, requeiro a absolvição. **Dada a palavra à DEFESA:**" MM. Juiz: em comum com o Ministério Público pela absolvição por insuficiência de provas, observada a regra do artigo 155 do CPP. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "VISTOS. CLAUDIO CATARINO LOURENÇO FILHO, qualificado a fls., foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, §2º, inciso II, c.c. artigo 70, do Código Penal e no artigo 244-B do ECA, porque em 02.10.16, por volta de 15h45, na Rua Alberto Lanzoni, 526, bairro Parque Santa Felícia, em São Carlos, previamente ajustado e com unidade de desígnios com o adolescente infrator Antonio Junior Malavazi, e com terceiro indivíduo não identificado, subtraíram para eles, mediante grave ameaça contra as vítimas Luciana Ferreira Rodrigues e Lucinda Alves Ferreira, o veículo GM/Tracker LTZ, cor branca, placas FML 0699, 02 (dois) televisores da marca Samsung, e 01 (um) da marca AOC, 01 (um) notebook da marca Samsung, diversas joias, 01 (um) frasco de perfume, 01 (um) celular da marca Samsung Note 5, 01 (um)



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

relógio, 01 (uma) bolsa de academia, bens pertencentes às vítimas, sendo parcialmente avaliados em R\$2.450,00. Recebida a denúncia (fls.98), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.145). Em instrução foram ouvidas as vítimas e interrogado o réu, havendo desistência quanto as demais testemunhas arroladas. Nas alegações finais as partes pediram a absolvição por insuficiência de provas. **É o Relatório. Decido.** Como bem observado pelo Ministério Público *“as vítimas ouvidas hoje em audiência não conseguiram proceder ao reconhecimento pessoal do réu Cláudio presente nesta oportunidade. Alguns objetos foram encontrados em poder do adolescente, sendo que o veículo foi encontrado em estado de abandono”*. De fato, as vítimas não viram os rostos dos assaltantes, encapuzados. Sem detalhes maiores, não conseguiram fazer reconhecimento seguro, o que leva à dúvida de autoria, razão da absolvição. Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** CLAUDIO CATARINO LOURENÇO FILHO com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Transitada em julgado, ao arquivo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Réu: